



h

## CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º CN\_DRA\_2020/21

### Entre

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada por Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, na qualidade de Presidente da Direcção, adiante designada como Primeira Outorgante,

### E

O **BOAVISTA FUTEBOL CLUBE**, com o contribuinte n.º 501249648, com sede na Rua 1.º janelo (ao Bessa), 4100-365 PORTO, representada neste acto pelo seu Presidente, ANTÓNIO MARQUES, adiante designado por Segundo Outorgante,

É de boa fé celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se regerá pelas Cláusulas seguintes:

### Cláusula Primeira (Objecto do Contrato)

Constitui objecto do presente contrato as participações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante ao Segundo Outorgante, referentes a encargos relativos às deslocações aéreas/marítimas do Segundo Outorgante do Continente às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, no âmbito da disputa de quadros competitivos nacionais no decurso da época 2020/2021, sem prejuízo de tudo quanto seja estatuído quer em contratos-programa, quer em despachos normativos e/ou documentos orientadores relativos à matéria objecto do presente contrato-programa.





h

## Cláusula Segunda (Período de execução do programa)

O período de execução do programa objecto da comparticipação referida na Cláusula 1.ª fica condicionado, para efeitos da sua data inicial, à data da celebração do contrato-programa entre o IPDJ e esta Federação, terminando em 30 de Junho de 2021.

## Cláusula Terceira (Comparticipação financeira)

No âmbito do presente contrato, as comparticipações financeiras a prestar pela Primeira Outorgante ao Segundo Outorgante, para a época de 2020/2021, são as seguintes:

- a) até 285,00 €, por viagem/elemento para a Região Autónoma do Açores, com o limite de 4.275,00 € e 237,50 €, por viagem/elemento para a Região Autónoma da Madeira, com o limite de 3.562,50 €.
- b) No caso de realização de jornada dupla, é participado um apoio complementar de 60,00 € por elemento da comitiva, até ao máximo de 900,00€.

## Cláusula Quarta (Disponibilização da comparticipação financeira)

1 - A comparticipação referida na Cláusula Terceira, alínea a), será disponibilizada mediante apresentação do documento de despesa do clube, fiscalmente aceite, emitido em nome da Primeira Outorgante, devendo conter a **Identificação do(s) documento(s) de despesa que capeia (nº de documento e entidade prestadora do serviço)** e complementarmente devem ainda referir os seguintes elementos:

- a) A competição em disputa do respetivo campeonato;
- b) O nome da equipa visitante;
- c) O nome da equipa da Região Autónoma da Madeira ou da Região Autónoma dos Açores a ser visitada;
- d) O número dos jogos e respectivas datas;
- e) O número de elementos da comitiva;





h

2 - O documento anteriormente referido tem que, obrigatoriamente, ser acompanhado de cópia da fatura da entidade prestadora do serviço da deslocação, que deverá conter os seguintes elementos:

- Descrição do serviço (deve mencionar expressamente que corresponde à aquisição de deslocações por via aérea/marítima e nº de elementos);
- Competição, nº do(s) e data(s) dos jogo(s) e equipas intervenientes;
- Itinerário da viagem (aeroporto de partida-chegada-regresso);
- Data da viagem.

3 - A comparticipação referida na Cláusula Terceira, alínea b), será disponibilizada mediante apresentação de documento de despesa emitido pelo clube em nome da Primeira Outorgante e deverá conter os seguintes elementos:

- A descrição: **"Apoio adicional de 60 € por elemento da comitiva nos termos do artigo 5º, nº 6 ou 7 do Despacho Normativo nº4/2017"**.
- A competição em disputa;
- As Equipas intervenientes;
- Nº dos jogos;
- Data dos jogos;
- Nº de elementos da comitiva (constantes no boletim de jogo).

O documento referido no número anterior deverá ser acompanhado pela cópia dos documentos das respectivas despesas.

### **Cláusula Quinta (Obrigações do Clube)**

São obrigações do Segundo Outorgante prestar todas as informações relativas ao acompanhamento da aplicação das verbas confiadas para o fim objecto do presente contrato-programa.





# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

## Cláusula Sexta

### (Obrigações fiscais, para com a Segurança Social e para com a Federação)

O Segundo Outorgante não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Primeira Outorgante, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações para com a Segurança Social, Fisco ou para com a Federação Portuguesa de Voleibol.

## Cláusula Sétima

### (Incumprimento das obrigações do Clube)

O incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das participações financeiras da Primeira Outorgante:

- Obrigações referidas nas Cláusulas 5ª e 6ª do presente contrato-programa;
- Obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

## Cláusula Oitava (Disposições finais)

1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.

2 - Os litígios emergentes da execução do presente contrato programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

Assinado no Porto, em 10 de Março de 2021, em dois exemplares, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.

Pela FPV



(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)

Pelo Clube

